

CONCURSO PÚBLICO  
C. S. J. DO EGITO (PE) - GRUPO 2



## ANALISTA DE CONTROLE INTERNO



100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliarem conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

**QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS  
(de 1 a 70)**

**Julgue os itens subsequentes.**

01. Um analista de controle interno pode atuar na implementação de sistemas de controle e monitoramento que ajudem a identificar e prevenir irregularidades, como fraudes, desvios e nepotismo, dentro da administração pública. Um exemplo do que pode ser feito é a criação de políticas de compliance, o desenvolvimento de programas de capacitação e a realização de investigações internas quando necessário.
02. O fundamento desse instrumento é o princípio da predominância do interesse público sobre o particular que dá à administração posição de hegemonia sobre os administrados, caracterizando-se como exercício da supremacia geral, o que autoriza a sua atuação indistintamente sobre todos os cidadãos que estejam sob o império das leis administrativas. Estamos falando nesse caso do poder Hierárquico.
03. O Princípio da Capacidade Contributiva proíbe que os tributos sejam instituídos com caráter confiscatório, ou seja, que impliquem em uma carga tributária excessiva que inviabilize a atividade econômica do contribuinte. Um exemplo disso é o Artigo 150, IV, da Constituição Federal, que estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios utilizar tributo com efeito de confisco.
04. De acordo com o Artigo 42-A da Lei complementar 123/2006, as médias e grandes empresas devem ser informadas de forma clara e inequívoca, em todos os atos convocatórios da administração pública, sobre os critérios de exigência de garantia, capacidade técnica, habilitação jurídica e regularidade fiscal, possibilitando sua participação em igualdade de condições nas licitações.
05. A aplicação da Teoria da Imprevisão pode ter um impacto significativo no serviço público, uma vez que permite a adaptação dos contratos administrativos às novas circunstâncias, garantindo a continuidade e a eficiência na prestação dos serviços públicos.
06. Na administração pública indireta, as autarquias só podem ser criadas por meio de uma lei específica, proposta pelo Chefe do Poder Legislativo. De acordo com o princípio do paralelismo das formas, como são estabelecidas por lei, as autarquias só podem ser modificadas ou extintas por meio de outra lei.
07. O artigo 17 da Lei complementar 123/2006 estabelece que as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins.
08. O analista de controle interno desempenha um papel fundamental na fiscalização e no monitoramento da atuação da administração pública, garantindo a legalidade, a eficiência e a transparência na gestão dos recursos e na prestação dos serviços públicos. Ele atua na identificação de irregularidades, no desenvolvimento de sistemas de controle interno, na elaboração de relatórios e pareceres técnicos, e na orientação dos gestores públicos sobre as melhores práticas de governança e gestão de riscos.
09. A responsabilidade administrativa do servidor público por infrações disciplinares cometidas no desempenho de cargo, função ou emprego público, não esgota a possível repercussão da irregularidade nos campos civil e penal.
10. O conceito de ativo financeiro consiste nas dívidas flutuantes e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
11. Podemos dizer que o poder disciplinar é de natureza subordinada. Mesmo nos casos em que sua aplicação resultar de processo administrativo, caberá à autoridade responsável pela aplicação da sanção uma margem de liberdade, ainda que pequena, na escolha da penalidade cabível.
12. Um analista de controle interno pode acompanhar processos judiciais que envolvam atos da administração pública, fornecendo informações e subsídios técnicos para embasar a defesa do órgão público e garantir o cumprimento das decisões judiciais.

13. Podemos dizer que ao passo que o fato do príncipe está subordinada a fatos independentes da vontade da Administração e do concessionário e que originam área econômica, a teoria da imprevisão pressupõe um ato voluntário da Administração e que nos coloca em face da área administrativa.
14. A Administração serve o público, não podendo, pois, eximir-se do dever de investigar sempre os mais perfeitos processos técnicos e os mais adequados meios materiais e jurídicos para a salvaguarda do interesse individual de cada pessoa.
15. O artigo 16 da Lei nº 4.320/1964 estabelece que a despesa será classificada como corrente ou de capital, sendo a de capital aquela que se realiza com a manutenção de serviços públicos; enquanto a corrente aquela que se realiza com a aquisição de bens de amortização da dívida pública.
16. A prerrogativa reconhecida ao superior hierárquico de rever, em qualquer fase, os atos e decisões dos subordinados, é a característica chamada revisão no poder hierárquico. O poder de revisão é amplo e se consagra do poder de autotela administrativa dos atos da administração pública.
17. O artigo 2º da Lei nº 4.320/1964 estabelece que a Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei, e as despesas próprias dos órgãos do governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio desses órgãos, se devam realizar.
18. A administração direta corresponde ao conjunto de órgãos integrados na estrutura administrativa da entidade política a que se refere (União, estados ou municípios). Os órgãos que compõem a administração direta são aqueles subordinados diretamente ao chefe do poder. Um exemplo de órgão da administração direta é o Banco Central do Brasil.
19. O administrador público possui o poder de regulamentar e fiscalizar as atividades e serviços sob sua responsabilidade, garantindo o cumprimento das leis e normativas vigentes. Esse poder é frequentemente exercido na elaboração de regulamentos, portarias e normas internas que orientam as ações dos servidores públicos e o funcionamento da administração. Além disso, é aplicado na fiscalização de contratos, licitações e no monitoramento do uso dos recursos públicos.
20. Os atos vinculados são aqueles que a lei permite ao agente público uma certa margem de liberdade para a valoração da escolha mais conveniente ao interesse público.
21. O artigo 203 da Constituição Federal do Brasil estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo às crianças e adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, entre outros.
22. Em relação aos poderes hierárquicos, podemos dizer que um analista de controle interno pode colaborar na elaboração de normas e procedimentos disciplinares, além de auxiliar na investigação de condutas irregulares e na aplicação das penalidades cabíveis, sempre garantindo o respeito aos direitos individuais dos servidores.
23. O Artigo 3º, § 5º da Lei Complementar 123/2006 determina que a administração pública, nas contratações de bens, serviços e obras, deverá dividir o objeto da licitação em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, para fins de ampliação da competitividade, possibilitando a participação de grandes empresas.
24. A ação regressiva encontra respaldo na legislação brasileira, especialmente no artigo 37, §6º, da Constituição Federal, que estabelece a responsabilidade objetiva do Estado pelos danos que seus agentes causarem a terceiros no exercício de suas funções. A legislação define os critérios e os procedimentos para o ajuizamento da ação regressiva, estabelecendo prazos, competência, requisitos de admissibilidade, entre outras disposições.
25. O Artigo 105 do Código Tributário Nacional estabelece que a legislação tributária aplica-se a fatos geradores futuros e a situações pendentes, não incidindo sobre fatos geradores ocorridos antes do início de sua vigência. Isso se baseia no princípio da irretroatividade tributária que determina que a lei tributária não pode retroagir para prejudicar o contribuinte, aplicando-se apenas aos fatos geradores ocorridos após sua vigência.
26. A convocação extraordinária de reuniões será realizada mediante solicitação do Presidente da Câmara ou pela maioria dos membros da casa em casos de urgência ou interesse público relevante, e até mesmo pela Comissão Representativa da Câmara, conforme preceitua o Art. 9º, § 3º, da Lei Orgânica. Cabendo ao poder executivo, as prerrogativas de participante.
27. O Artigo 196 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
28. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, está é a definição de acordo com o artigo 3 do CTN Lei 5172/66.
29. A omissão da Administração Pública também pode caracterizar o abuso de poder. Sabe-se que existe a omissão genérica e omissão específica da Administração Pública. Na primeira, surge o abuso de poder, porque se trata de escolha do momento mais oportuno para o incremento das políticas de administração, as quais não possuem prazo determinado. Na segunda, surge o abuso da necessidade particular de cada um que permeia o processo de tomada de decisão.

30. No serviço público, o Princípio da moralidade exige que o ato seja praticado sempre com finalidade pública. O administrador não pode buscar outro objetivo ou praticá-lo com interesse próprio ou de terceiros.
31. Podemos dizer que ações regressivas no setor público são utilizadas para garantir indenização integral a servidores públicos em casos de danos decorrentes de sua atuação funcional, inclusive quando ocorrem devido a ações legais e legítimas do próprio Estado.
32. A evidenciação completa e transparente das contas públicas não é necessária, pois a divulgação excessiva de informações pode gerar confusão e desconfiança por parte da população. Além disso, a transparência excessiva pode expor estratégias governamentais sensíveis, comprometendo a segurança nacional e a eficácia das políticas públicas.
33. Os instrumentos através dos quais se concretiza o exercício do poder disciplinar vão desde a aplicação de penas mais simples, como advertência, e suspensão até 90 (noventa) dias, até a demissão do serviço público. Em todos os casos, no entanto, a aplicação da pena deverá ser precedida de apuração em procedimento formal, no qual seja assegurada ampla defesa ao acusado.
34. O uso legítimo do poder na administração pública refere-se à aplicação dos recursos e prerrogativas do cargo de forma ética, legal e em conformidade com o interesse público. Esse princípio orienta a atuação dos agentes públicos no exercício de suas funções, garantindo que o poder seja utilizado para promover o bem-estar da sociedade e o cumprimento das leis e normas vigentes.
35. O Princípio da Legalidade Tributária estabelece que a instituição ou majoração de tributos deve ocorrer exclusivamente por meio de lei, não sendo permitida a criação ou aumento de tributos por meio de atos administrativos, como decretos ou portarias. Podemos perceber isso no Artigo 150, I, da Constituição Federal, que estabelece que é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios exigir ou aumentar tributos sem que a lei o estabeleça.
36. Consideramos como Superávit Primário a correção monetária da dívida no passivo, mais os juros rendidos em todo contexto da conta, bem como os resultados das aplicações realizadas ao longo do ano de exercício.
37. Em caso de incidência da Teoria da Imprevisão, se resultar prejudicada o particular em detrimento da administração, cabe-lhe rescindir o contrato por motivo de interesse público, tendo em vista que esse não estará sendo atendido na hipótese de haver sensível prejuízo ao patrimônio.
38. O artigo 21 da Constituição Federal estabelece a competência dos estados para legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico, entre outros, que podem influenciar a prestação de serviços públicos em nível federal, estadual e municipal.
39. O mérito administrativo é o revestimento exteriorizador do ato. Todo ato administrativo é, em princípio, formal. No direito privado, a liberdade da forma do ato jurídico é a regra, já no direito público é a exceção, pelo princípio da solenidade das formas. Toda forma do ato é substancial.
40. De acordo com o Código Tributário Nacional, seu Artigo 97 estabelece que a lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusador, em caso de dúvida quanto à capitulação legal do fato.
41. O artigo 19 da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 estabelece os limites para as despesas com pessoal dos entes federativos, determinando que não podem ultrapassar 80% da receita corrente líquida para a União, 64% para os Estados e 70% para os municípios.
42. De acordo com o artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, os entes federativos devem promover, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, audiências públicas para avaliação das metas fiscais, nos quais serão demonstrados e avaliados o cumprimento das metas de cada quadrimestre.
43. O controle executivo do poder federal envolve a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da União e de suas entidades, considerada a questão em nível federal. Tal controle é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União (artigos 70 e 71, da CF/88).
44. O controle jurisdicional é o poder conferido ao Poder Judiciário para analisar a legalidade e a constitucionalidade dos atos praticados no âmbito do setor público, garantindo o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos e a observância da ordem jurídica. Esse controle é fundamental para garantir a efetividade dos direitos e garantias individuais, bem como para preservar o princípio da separação dos poderes e a harmonia entre eles.
45. Dentro dos conceitos de administração pública, entende-se por uso excessivo de poder por parte dos agentes públicos quando a autoridade age dentro dos limites da sua competência, mas o ato não atende o interesse público, ferindo os objetivos colimados pela norma legal.
46. O artigo 8º da Lei nº 4.320/1964 estabelece que nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
47. Um analista de controle interno pode realizar auditorias em empresas estatais, agências reguladoras, empresas públicas e sociedades de economia mista, verificando se estão cumprindo sua missão institucional e utilizando os recursos de forma eficiente e transparente.
48. O Artigo 156 do Código Tributário Nacional estabelece que a prescrição do direito de cobrar tributos, ou a qualquer ação ou procedimento para sua cobrança, salvo o caso de fraude, se inicia, em regra, dez anos após o fato gerador do tributo.
49. No artigo 50 da Lei nº 4.320/1964 fica estabelecido que os responsáveis pelo controle de execução orçamentária, financeira e patrimonial da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios apresentarão ao Poder Legislativo, até o dia 01 de junho, julho e agosto, e até 30 de setembro e 30 de dezembro, relatório resumido da execução orçamentária do período.
50. Dentro dos conceitos de poder hierárquico, podemos dizer que a avocação é a competência que possui o superior, de transferir para o subordinado hierárquico, atribuições originariamente suas.

51. A Teoria da Imprevisão pode ser aplicada em situações como aumento imprevisto de custos, mudanças legislativas que impactem a execução do contrato, eventos naturais catastróficos, entre outros eventos imprevisíveis que afetem a execução contratual. Por exemplo, quando ocorrem eventos extraordinários que não eram previsíveis no momento da celebração do contrato e que causem desequilíbrio econômico-financeiro às partes, é possível pleitear a revisão ou rescisão do contrato com base nessa teoria.
52. O número de vereadores da Câmara Municipal de São José do Egito é definido de acordo com a população do município, de acordo com o Art. 8º, § 2º, da Lei Orgânica que estabelece que o número de vereadores é proporcional à população do Município, ficando dessa forma explícita a autonomia do município, sem haver a necessidade de observância de leis estaduais e/ou federais.
53. O poder disciplinar permite à administração pública aplicar sanções aos seus servidores em caso de descumprimento de deveres ou práticas irregulares no exercício de suas funções. Esse poder é fundamental para manter a ordem e a disciplina no ambiente de trabalho, garantindo o cumprimento das normas e regulamentos internos.
54. A ação regressiva é um instrumento jurídico que permite à administração pública buscar ressarcimento de prejuízos causados por agentes públicos a terceiros ou ao erário, quando atuarem com dolo ou culpa no exercício de suas funções. O objetivo principal da ação regressiva é ressarcir os cofres públicos de danos causados por atos ilícitos praticados por agentes públicos, garantindo a responsabilização pelos prejuízos causados.
55. O Art. 116 da Lei Orgânica do Município de São José do Egito determina que a receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios e da utilização dos seus bens, serviços, atividades e de outros ingressos.
56. Apesar da maior autonomia das entidades da Administração Pública Indireta, elas estão sujeitas ao controle exercido pelos órgãos de fiscalização e controle, como os Tribunais de Contas, o Ministério Público e os órgãos internos de controle. Isso garante a transparência, legalidade e eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando desvios, irregularidades e abusos por parte dos gestores dessas entidades.
57. De acordo com os tipos de poderes administrativos, podemos dizer que o poder disciplinar é utilizado para garantir a eficiência na execução das atividades administrativas, estabelecendo a subordinação e a divisão de competências dentro da estrutura organizacional.
58. De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal do Brasil, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
59. Um município arrecada R\$ 100 milhões em impostos e gasta R\$ 90 milhões em despesas operacionais durante um ano fiscal. Nesse caso, o superávit do exercício seria de R\$ 10 milhões. Por outro lado, se o município gastasse R\$ 110 milhões em despesas, o que excede a arrecadação de R\$ 100 milhões, podemos afirmar assim que haveria um déficit de R\$ 10 milhões.
60. Podemos afirmar que no Estado de Direito, as regras jurídicas se subordinam ao estado. Nele, há respeito aos limites de sua atuação e também à esfera da liberdade dos indivíduos, não mais tratados como súditos. No Estado de Direito, algumas características são facilmente percebidas, há a supremacia da Constituição, a separação de poderes, a superioridade da lei e, finalmente, a garantia dos direitos individuais.
61. De acordo com o Art. 112 da Lei Orgânica do Município de São José do Egito, as taxas só poderão ser instituídas por lei, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial do serviço público, específico e divisível, prestados ao contribuinte ou postos à disposição pelo município.
62. A Lei Complementar nº 123/2006, conhecida como Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, tem como objetivo principal promover o desenvolvimento econômico e social, através do estímulo ao empreendedorismo, à geração de empregos e à formalização de negócios.
63. Um país que enfrenta um déficit orçamentário pode implementar políticas de austeridade, como redução de custos com pessoal, corte de programas não essenciais, aumento de impostos ou busca por empréstimos no mercado financeiro para cobrir o déficit.
64. A teoria do fato do príncipe tem sua base na ideia de que o Estado deve responder pelos prejuízos causados a terceiros quando, agindo em nome do interesse público, adota medidas que, embora legais, geram danos a particulares.
65. O artigo 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000) estabelece que seu objetivo é o estabelecimento de normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com o objetivo de assegurar o equilíbrio das contas públicas, a transparência na gestão fiscal e o controle do gasto público.
66. O poder administrativo pode ser vinculado, quando a administração pública age de acordo com regras preestabelecidas pela lei, ou discricionário, quando há margem de escolha na atuação administrativa. Enquanto o poder vinculado é aplicado de forma objetiva, seguindo os critérios definidos em lei, o poder discricionário permite à administração tomar decisões baseadas em critérios de conveniência e oportunidade.
67. A finalidade do ato administrativo pode ser caracterizada como a situação de direito ou de fato que determina ou autoriza a realização do ato administrativo. Pode vir expresso em lei, como também ser deixado ao critério do administrador público. Em outras palavras, pode ser vinculado ou discricionário, a depender do legislador.

68. A prática de corrupção é considerada um ato ilícito grave que mina a integridade e a eficiência do setor público. Um exemplo disso é quando um funcionário público solicita ou aceita propina em troca de favorecimentos indevidos em contratos públicos, configura-se um ato ilícito de corrupção.
69. O controle e fiscalização dos atos administrativos são exercidos pelos órgãos de controle interno e externo, bem como pelos próprios administrados, visando garantir a legalidade, a legitimidade, a eficiência e a moralidade na atuação da administração pública. Esse controle pode ser realizado por meio de auditorias, inspeções, análises documentais, solicitação de informações, entre outros instrumentos, com o objetivo de identificar irregularidades, corrigir desvios e prevenir abusos de poder.
70. O artigo Artigo 145 do Código Tributário Nacional determina que o lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em decorrência de: I - impugnação do sujeito passivo; II - recurso de ofício; III - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos no artigo 149.

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

**Julgue os itens que se seguem.**

71. O Windows Explorer (Explorador de Janelas) é o Gerenciador de Pastas e Arquivos do sistema Windows, utilizado para todas as atividades de manipulação de pastas e arquivos, permitindo copiar, excluir e mover esses itens. Através dele, é possível gerenciar e manter as informações armazenadas no HD, PenDrive, DVD, CD, entre outros dispositivos de armazenamento. Para acessar o Windows Explorer, clique no botão "Iniciar", selecione a opção "Todos os Programas", depois "Acessórios" e, em seguida, "Windows Explorer". A visualização dos painéis do Windows Explorer pode ser feita de diversas formas, com os ícones das pastas variando de acordo com a situação dos arquivos nelas contidos. Para alterar o layout de exibição das pastas e dos arquivos, clique no botão "Altere o Modo de Exibição" ou na setinha "Mais Opções" e escolha entre os modos disponíveis.
72. A ética da virtude, desenvolvida por alguns filósofos, como Aristóteles, foca no desenvolvimento do caráter moral e das virtudes pessoais como meio para alcançar a excelência moral e a felicidade. Aristóteles defende que a virtude está no meio-termo entre dois extremos de vícios, como a coragem entre a covardia e a temeridade.
73. Uma das principais distinções entre um vírus e um worm está em sua forma de manifestação dentro do sistema. Um vírus não requer intervenção do usuário para sua ativação. Enquanto um worm tem a capacidade de se replicar e propagar automaticamente sem qualquer interação humana. Isso possibilita sua rápida disseminação, frequentemente em uma rede local, e pode resultar em uma taxa de propagação exponencial.
74. Conhecendo os princípios da ética e da moral no trabalho coletivo e no meio social em que o indivíduo está inserido, podemos dizer que mediante ação popular, os cidadãos podem proteger a moralidade como princípio atinente à administração pública.
75. De acordo com os princípios da ética no serviço público e dos direitos e deveres dos cidadãos, podemos dizer que a vida funcional e a vida privada do servidor público, embora estejam conectadas entre si, representam esferas próprias de condutas, não podendo o servidor ser privado de ligar seu nome a empreendimentos, ainda que eles ostentem caráter duvidoso.
76. A moral é sistemática e particular a partir de um conjunto de regras, valores, proibições e tabus que provêm de fora do ser humano, ou seja, que são cultivados ou impostos pela política, costumes sociais, religiões ou ideologias.
77. Dentre as muitas conquistas adquiridas ao longo da história dos trabalhadores e das instituições de trabalho, devemos destacar o caráter posicional da greve. No que diz respeito ao servidor público, o exercício do direito de greve é legítimo, devendo, entretanto, ser observadas, nessas situações, as exigências específicas na defesa da vida e da segurança coletiva.
78. As Planilhas Google, também conhecidas como Google Sheets, são uma aplicação baseada em nuvem que possibilita criar, editar e compartilhar planilhas online. Elas representam uma alternativa eficiente às tradicionais planilhas de desktop, como o Excel da Microsoft. Sendo gerenciadas e armazenadas na nuvem, as Planilhas Google podem ser acessadas através do Google Drive. Ao utilizar as planilhas do Google, é possível rastrear todas as modificações feitas pelos colaboradores ao longo do tempo e identificar quem realizou cada alteração. Além disso, há a opção de recuperar versões anteriores, o que pode ser útil se um usuário inserir informações incorretas na versão atual.
79. Para entender as diferenças entre um vírus e um worm de computador, é fundamental compreender que ambos pertencem a uma categoria mais ampla de softwares maliciosos, conhecidos como malware. Malware é o termo geral utilizado para todos os códigos e aplicativos desenvolvidos com a intenção de prejudicar dispositivos ou os usuários que os utilizam. Essa categoria abrangente inclui spyware, adware, ransomware e outros tipos de software malicioso. Embora vírus e worms sejam dois tipos distintos de malware, ambos têm a capacidade de se espalhar rapidamente.
80. O sujeito moral ou ético apresenta a condição de ser responsável, isto é, de capacidade para controlar e orientar desejos, impulsos, tendências, sentimentos (para que estejam em conformidade com a consciência) e de capacidade para deliberar e decidir entre as diversas alternativas possíveis.
81. A escolha do repositório de backup é crucial para assegurar a segurança, a disponibilidade e a recuperação dos dados armazenados. Existem diversas opções de repositórios de backup, e a escolha ideal depende das necessidades específicas da empresa e dos recursos disponíveis. Para aumentar a proteção e a disponibilidade dos backups, recomenda-se adotar um tipo de repositório.

82. O Google Drive oferece a vantagem de permitir a criação de documentos de texto de forma colaborativa, através do Google Docs. Vários usuários podem acessar o mesmo documento online e contribuir com suas edições. Por isso, o recurso de histórico de edições identifica os usuários que realizaram alterações e quando elas foram feitas. Para acessar o histórico de versões, basta abrir o menu "Arquivo", selecionar "Histórico de versões" e escolher "Ver histórico de versões". É possível restaurar uma versão anterior clicando na edição correspondente.
83. A avaliação da responsabilidade social de uma organização envolve seu relacionamento com o mundo externo; ética é um termo mais genérico, que envolve tanto os relacionamentos internos quanto os externos, e pode ser definida como o estudo do modo pelo qual nossas decisões afetam as outras pessoas. Podemos dizer que tais características definem o sistema ético chamado de universalismo.
84. O exercício da função pública não se integra na vida particular do servidor público, de modo que os atos verificados na conduta cotidiana no âmbito da vida privada não podem ser utilizados para desfavorecer o conceito do servidor na sua vida funcional.
85. O Windows 10 oferece diversas funcionalidades para manter o computador seguro, eliminando a necessidade de instalar programas de terceiros. Com essas funcionalidades, o usuário pode se proteger contra vírus e outras ameaças, gerenciar o acesso infantil e impedir que pessoas não autorizadas mexam no dispositivo. O princípio dessas funções é criar um ambiente seguro dentro da memória do sistema, dificultando o acesso de vírus. Nesse ambiente protegido, processos críticos do Windows ficam mais resguardados contra ameaças externas. Para utilizar essa função, basta clicar no menu "Segurança do Windows" e seguir o caminho: Segurança do dispositivo > Isolamento do núcleo > Detalhes do isolamento do núcleo. Em seguida, ative a opção "Integridade da memória" usando o botão deslizante.
86. O Windows é uma série de sistemas operacionais multitarefa desenvolvida pela Microsoft. É de código aberto e livre, permitindo que qualquer fabricante possa utilizá-lo em suas máquinas, proporcionando flexibilidade de uso.
87. A moralidade consiste em princípios que norteiam as ações e as colocações dos indivíduos nas mais diversas circunstâncias que podem estar inseridos. Nesse sentido, podemos dizer que a ética e a moralidade na função pública envolve o compromisso dos servidores com a transparência, a honestidade e a prestação de contas no exercício de suas atividades.
88. As Planilhas Google, também conhecidas como Google Sheets, são uma aplicação baseada em nuvem que permite criar, editar e compartilhar planilhas online, oferecendo uma alternativa inteligente às tradicionais planilhas de desktop, como o Excel da Microsoft. Para realizar uma adição no Google Sheets, é necessário selecionar a célula onde você deseja que o resultado da soma apareça e digitar o sinal de adição (+) para iniciar a fórmula. Em seguida, digite (ou selecione) as células que você deseja somar.
89. Uma das formas mais básicas e eficazes de prevenção contra malwares consiste na instalação de antivírus – que, na maioria dos casos, detecta vírus, worms e trojans – e antispyswares. No entanto, essa ação terá maior eficácia quando acompanhada pela constante atualização tanto dos softwares de segurança quanto do sistema operacional e seus programas. Dessa forma, o ambiente contará com as soluções mais recentes para sanar eventuais brechas. Outro ponto a ser observado diz respeito às mensagens de e-mail e à navegação por sites duvidosos. Ao pairar o mouse sobre links, o usuário pode notar uma referência para arquivos do tipo zip, exe, ou até mesmo para páginas web que possam conter possíveis armadilhas. Portanto, além de possuir um bom antivírus e um antispysware instalados, é essencial analisar com bastante cautela esses tipos de mensagens e sites.
90. As planilhas do Google (Google Sheets) são ferramentas que capacitam os usuários a criar, editar e compartilhar planilhas online por meio do Google Drive, acessíveis tanto por computadores quanto por dispositivos móveis Android e iOS. Esse aplicativo proporciona às empresas de diversos segmentos e portes a capacidade de gerenciar e armazenar dados na nuvem, simplificando a troca de informações entre colaboradores e clientes. Sua versão gratuita oferece uma capacidade de armazenamento de 100 GB, permite a criação de macros personalizadas para automatizar tarefas e integração com o BigQuery, além de disponibilizar recursos avançados de colaboração, como a restrição de acesso a células específicas e o acompanhamento das edições dos colaboradores.
91. Na filosofia, ética e moral são frequentemente usadas como sinônimos, mas alguns filósofos fazem distinções entre esses termos. A ética é frequentemente vista como um campo teórico que investiga os princípios e valores que guiam o comportamento humano, enquanto a moral refere-se às normas e regras de conduta que orientam as ações individuais e coletivas.
92. Um ponto que deve ser levado em consideração com relação ao trabalho do servidor público diz respeito às faltas ao trabalho. A ausência injustificada do servidor no local de trabalho, apesar de indesejável, não será tida como fato de desmoralização do serviço público, exceto se implicar decréscimo de produtividade.
93. Os cookies são pequenos arquivos de texto que informam ao navegador que você já visitou determinado site. Além de "lembrar" das páginas acessadas, os cookies podem armazenar outras informações sobre sua navegação na web, o vídeo que foi assistido, o tempo que se passou em uma página, sua preferência de idioma ou suas pesquisas em um site. Em resumo, todas as suas atividades de navegação geram dados que podem ser salvos em cookies. Essa tecnologia é segura para os usuários, não possuindo margem para distribuição de malwares, devido a lei LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

94. O processo para mover uma pasta ou arquivo é muito semelhante à ação de copiar. Para isso, selecione o ícone desejado, acesse o menu "Editar", ou o botão "Organizar", e escolha a opção "Recortar". Em seguida, selecione o local onde deseja colocar a pasta ou o arquivo, acesse novamente o menu "Editar" e escolha a opção "Colar". Outra forma é clicar com o botão direito do mouse sobre o ícone desejado, escolher o comando "Recortar" no menu exibido, selecionar o local onde deseja colocar a pasta ou o arquivo, clicar com o botão direito do mouse novamente, e escolher o comando "Colar" no menu exibido.
95. Os worms têm a capacidade de se disseminar utilizando arquivos ou programas para infectar o seu computador. Após infiltrar o sistema, o worm permanece inativo até que o usuário o execute ou realize uma ação específica para ativá-lo, como ativar macros em um arquivo DOC infectado. Quando ativado, o worm injeta seu código em outros programas no dispositivo afetado para facilitar sua reprodução, corromper arquivos, prejudicar o desempenho dos dispositivos e se propagar para outras máquinas.
96. Uma concepção ética individualista e utilitarista contribui para a solução de dilemas das relações culturais, devendo ser adotada pelos governantes como diretriz no contexto democrático.
97. O trabalho nas Comissões de Ética é considerado relevante e, portanto, enseja remuneração adicional pelo tempo dedicado, devendo ser registrado nos assentamentos funcionais do servidor, além de ter prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos dos seus membros, quando eles atuarem com exclusividade na Comissão.
98. De acordo com os estudos filosóficos, podemos dizer que a Ética corresponde a um determinado conjunto de valores que guia o indivíduo inserido em sociedade e leva em conta o aspecto cultural da coletividade. Na vida profissional, diz respeito as diretrizes adotadas pelo respectivo campo de ação. Nesse contexto, o servidor, quando no exercício da função pública, pode compreender em separado sua vida particular daquela relacionada à sua atuação.
99. Ao planejar a política e os procedimentos de backup, é essencial compreender e selecionar os tipos de backup mais adequados às necessidades da empresa. Cada tipo possui suas vantagens e desvantagens, e a combinação de diferentes tipos pode otimizar o processo de backup e recuperação de dados. Os principais tipos de backup são completo, diferencial e reduzido.
100. Um ponto importante que deve ser levado em consideração quando falamos em cidadania e ética é a lembrança de que a moralidade na administração pública está circunscrita à dicotomia entre bem e mal, devendo ser guiada pela realização exclusiva dos interesses do Estado.



RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**